



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE DIREITO – FDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPGD
CURSO DE MESTRADO EM DIREITO

PLANO DE DISCIPLINA

NOME DA DISCIPLINA: CONCEITOS JURÍDICOS FUNDAMENTAIS	CÓDIGO:
CONDIÇÃO DA DISCIPLINA: <input checked="" type="checkbox"/> Obrigatória <input type="checkbox"/> Eletiva	CARGA HORÁRIA: 45h
EMENTA: Conceitos jurídicos fundamentais: - a) a norma jurídica; b) o fato jurídico; c) a eficácia jurídica; d) a efetividade jurídica.	
OBJETIVO GERAL: O ensino da disciplina visa disponibilizar aos alunos o conhecimento de conceitos fundamentais da Ciência do Direito de modo a permitir-lhes um domínio aprofundado desses conceitos. indispensável a que possam obter mestria na aplicação desses conhecimentos.	
OBJETIVO ESPECÍFICO: Empregar estratégias instrucionais capazes de possibilitar ao aluno uma aprendizagem útil e significativa que lhe permita não somente o conhecimento e a compreensão do conteúdo da disciplina, mas, em especial, aptidão de desenvolver análise e síntese adequados à sua aplicação proveitosa à realidade, inclusive e em especial a situações novas e mesmo desconhecidas lhe sejam apresentadas.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: Unidade I – O FENÔMENO JURÍDICO 1. Normas sociais e normas jurídicas. 2. A ideia de direito: o direito como processo de adaptação social. 3. O caráter necessário do direito. 3. Os conceitos jurídicos fundamentais: a) a norma; b) o fato jurídico; c) a eficácia jurídica; d) a efetividade jurídica. Unidade II - A NORMA JURÍDICA Sub-unidade I - Conceito de norma jurídica. 1. Elemento diferencial da norma jurídica em relação às demais normas sociais: a incidência. 2. Regra, norma e princípio jurídico. 3. A norma individual ? 4. Norma jurídica como ato jurídico de natureza especial. Sub-unidade II - 1. A estrutura lógica da proposição normativa: elementos: a) suporte fáctico	



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE DIREITO – FDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPGD
CURSO DE MESTRADO EM DIREITO

PLANO DE DISCIPLINA

(antecedente) e preceito (consequente). 1.1. Determinação e indeterminação do suporte fático e do preceito. 1.2. Completude da norma jurídica. 2. Teorias a respeito: 2.1. .A concepção clássica de norma jurídica (teoria não-sancionista). 2.2. A concepção kelseniana de norma jurídica.(teoria sancionista). 2.3. O problema da sanção como elemento caracterizador da norma jurídica. 2.4. Norma jurídica e coercibilidade.

Sub-unidade III - A norma nas dimensões do fenômeno jurídico.

Sub-unidade III.1 - Na dimensão axiológica (política). 1. A revelação da norma jurídica. 1.1. As fontes materiais das normas jurídicas: os PAS. 2. Os limites ao arbítrio do poder de revelar norma jurídica. 2.1. Os problemas de legitimidade da norma jurídica: valência (legitimidade), validade e efetividade da norma jurídica (precisões terminológicas).

Sub-unidade III.2. Na dimensão dogmática (normativa). 1. Plano da existência 1.1. A existência da norma jurídica. 1.2. A vigência da norma jurídica.

Sub-unidade III. 3. Plano da validade. 1.. A validade da norma jurídica. .2. O problema do controle da validade da norma jurídica. 3. Coerência e consistência da norma jurídica. 4.. Conseqüências da invalidade da norma jurídica.

Sub-unidade III.3. Plano da eficácia. 1.A incidência como eficácia da norma jurídica. 2. Pressupostos da incidência: vigência da norma e concreção do suporte fático. 3. As características da incidência. 4. A incidência e obrigatoriedade da norma jurídica. 5, Cogência e não-cogência da norma jurídica. 6. As funções da incidência.

Unidade IV - O fato jurídico

Sub-unidade I - No plano da existência

1. Conceito de fato jurídico. 2. Classificação do fato jurídico.

Sub-unidade II - No plano da validade.

1. Validade e invalidade. 2. Natureza da invalidade. 3. Graus de invalidade. 3.1. A nulidade: causas e características. 4. A anulabilidade: causas e características da anulabilidade.

Sub-unidade III – Plano da eficácia.

1. Conceito de eficácia jurídica. 2. Causalidade jurídica. 3. Categorias eficaciais fundamentais. 3.1. A situação jurídica. 3.2. A relação jurídica. 3.2.1. Princípios regentes. 3.2.2. Conteúdo. 3.2.3. Classificação. 3.2.4. A natureza da relação jurídica de direito fundamental.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE DIREITO – FDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPGD
CURSO DE MESTRADO EM DIREITO

PLANO DE DISCIPLINA

Unidade V - A efetividade jurídica

1. Eficácia jurídica e efetividade. 2. Incidência e aplicação da norma jurídica. 3. O problema da efetividade dos direitos fundamentais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AVILA, Humberto, Teoria dos princípios, 3ª. ed, São Paulo, Malheiros Editores, 2004.

Diniz, Maria Helena, Conceito de norma como problema de essência; RT, São Paulo, 1979.

CARVALHO, Paulo de Barros: Teoria da norma tributária, Max Limonad, São Paulo, 1998

FERRAZ JR, Tércio Sampaio, Teoria da norma jurídica, Forense, Rio de Janeiro, 1978

IVO, Gabriel, Norma jurídica: produção e controle; Noeses, São Paulo, 2006.

KELSEN, Hans, Teoria pura do direito, Trad. João Baptista Machado, Martins Fontes, São Paulo, 2000

- Teoria geral das normas, Trad. José Florentino Duarte, Sergio Antonio Fabris Editor, Porto Alegre 1986

LARENZ, Karl, Metodologia de la ciência del derecho, trad. Enrique Guimbernats Ordeig, Ediciones Ariel, Barcelona, 1966.

MELLO, Marcos Bernardes de, Teoria do fato jurídico: plano da existência, 21ª ed.. Saraiva, São Paulo, 2017.

- Teoria do fato jurídico: plano da validade. 14ª ed., Saraiva, São Paulo, 2015

- Teoria do fato jurídico: plano da eficácia. 10ª ed., Saraiva, São Paulo, 2015

PONTES DE MIRANDA, Tratado de direito privado, tomos I/VI RT, São Paulo, 2012.

VASCONCELOS, Arnaldo, Teoria da norma jurídica, Forense, Rio de Janeiro, 1978.

VILANOVA, Lourival, Causalidade e relação no direito, 4ª ed., RT, São Paulo, 2000.